

**Democracia em perigo:
direitas, esquerdas e radicalização política de 1964 contada pela imprensa carioca**

Michelle Reis de Macedo*

No Brasil, a primeira metade da década de 1960 representou o auge dos debates sobre as reformas de base. Ao assumir a presidência da República, João Goulart alimentou as esperanças daqueles que as defendiam, já que sua trajetória política confundia-se com as históricas demandas das esquerdas, em geral, e dos trabalhadores, em particular. Em contrapartida, aqueles que repudiavam o projeto reformista sentiam-se ameaçados ao ver na posse do novo presidente a possibilidade de avanço das esquerdas. Era um período, portanto, de polarização progressiva em que as propostas de construir uma base de apoio político moderada em torno do governo foram se desmantelando.

Com o objetivo de conhecer o processo de radicalização política em que se encontrava o Brasil em fins do governo Goulart, o artigo pretende analisar o episódio ocorrido no dia 25 de fevereiro de 1964, em que integrantes da Frente de Mobilização Popular, liderados por Leonel Brizola, foram impedidos por conservadores da organização anticomunista chamada Movimento de Mobilização Democrática de realizar um comício em Belo Horizonte, gerando tumulto e pancadaria.

A liderança de Leonel Brizola e a FMP

Quando João Goulart assumiu a presidência da República em 1961, as esquerdas acreditavam que ele, sustentado por elas, possuiria forças suficientes para aprovar as reformas de base sem precisar se submeter ao conservadorismo do Congresso Nacional. Portanto, a estratégia escolhida foi o confronto com aqueles que tentassem impedir a aprovação das reformas. Naqueles anos, idéias, crenças e projetos das esquerdas foram sintetizados e disseminados pelos discursos e práticas políticas de Leonel Brizola. Com pronunciamentos incisivos, radicalizava os ensinamentos do seu mestre, Getúlio Vargas, no que diz respeito à questão social e à defesa do país contra a exploração imperialista.

* Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense.

No início de 1963, surgiu a Frente de Mobilização Popular, liderada por Brizola, já ocupando o cargo de deputado federal. Era uma organização extraparlamentar de caráter reformista e nacionalista. Nela estavam representados os principais grupos de esquerda: estudantes com a UNE; sindicalistas com o CGT; associações de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais; setores das ligas camponesas; grupos revolucionários como a AP e o POR-T; militantes dissidentes do PCB; o Grupo Compacto do PTB e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN); além dos seguidores de Miguel Arraes (FERREIRA, 2007: 547). A FMP tinha como estratégia pressionar o Congresso Nacional com movimentos de rua – passeatas, comícios, manifestações, greves, etc. O Congresso Nacional era considerado pelas esquerdas uma instituição conservadora e ultrapassada que impedia o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Os líderes da FMP exigiam que o presidente João Goulart rompesse com o PSD, nacionalizasse empresas estrangeiras e implementasse as reformas de base imediatamente, “na marra” se fosse preciso. Portanto, as esquerdas lideradas por Brizola estavam dispostas a romper com as instituições da Carta de 1946. Os conservadores e líderes de direita, por sua vez, passaram a defender a tese de que a Constituição era intocável. Com esse lema, impediam a implementação da reforma agrária sem indenizações, mas também tomavam para si o discurso de defesa da legalidade.

A estratégia do confronto encontrou amplo apoio entre as esquerdas, mas Jango preferia a negociação política entre os partidos políticos no Congresso Nacional em busca de reformas pactuadas entre o PTB e o PSD. A isso, as esquerdas radicais davam o nome de “política de conciliação”. As escolhas do presidente desenvolveram um clima de impaciência entre as esquerdas, as quais combatiam veementemente o que chamavam de “concessões ao conservadorismo” (BANDEIRA, 2001: 130).

Conflitos em Minas Gerais

Certos de que pela via institucional as reformas de bases não seriam implementadas, Brizola e as demais lideranças da FMP apostaram na pregação das reformas através de discursos nas rádios, viagens aos estados da federação, além da organização de protestos, comícios e passeatas. Em uma dessas viagens, em visita a Belo Horizonte, a FMP programou um comício que seria realizado no dia 25 de fevereiro, no prédio da

Secretaria de Saúde em Belo Horizonte. Entre disputas verbais e corporais, o evento esquerdista foi impedido por grupos de direita.

O clima de conflito iminente já havia sido engendrado no dia anterior, quando o almirante Silvio Heck presidira, no mesmo local, uma reunião da organização anticomunista, a Frente de Mobilização Democrática (FMD),¹ convocando a população mineira a reagir ao encontro liderado por Leonel Brizola. Em seu discurso, o ex-ministro da Marinha² se declarou disposto a usar a força para intensificar sua “luta contra a dominação do Brasil pelos russos e cubanos”, isto é, “o imperialismo de esquerda”. Decidiu-se que, a partir das duas horas da tarde, os integrantes da FMD ocupariam o local em que a FMP iniciaria o comício marcado para às oito horas da noite.

Como o previsto, ocuparam a Secretaria de Saúde desde às duas da tarde, onde ocorreram os principais focos de briga, apesar de tumultos em outros pontos da cidade. Para tentar manter a ordem, a polícia do estado procurava controlar a entrada no recinto através de um cordão de isolamento. Em meio à forte pressão, o cordão policial foi rompido e a desordem não pode ser evitada. Leonel Brizola chegou ao local, acompanhado de sua esposa Neuza Goulart e escoltado por militares, e não aceitou a idéia de entrar pela porta do lado para se desviar das confusões, respondendo: “Não, nós vamos entrar é pela frente.” Do lado de dentro, ouvia-se “Brizola, Brizola”, ao passo que do lado de fora, gritavam em provocação “Pangaré, pangaré”. Enquanto isso, os adeptos do deputado petebista envolviam-se em bofetões contra os seguidores do almirante anticomunista Silvio Heck.

À noite, o conflito generalizou-se. Entre golpes de soco-ínglês e pauladas na cabeça, estimou-se em torno de 50 o número de feridos. Tentando evitar, mas intensificando ainda mais a tensão, a polícia passou a desferir golpes de cassetete e a lançar bombas de gás lacrimogêneo e jatos de água. Nas ruas, correrias e desespero por todos os lados, enquanto grupos rivais se apedrejavam e rasgavam cartazes.

Contra o ato da Frente de Mobilização Popular, não apenas a Frente de Mobilização Democrática se empenhou, mas também outras organizações anticomunistas e

¹ Nas fontes, algumas vezes essa organização é chamada de Movimento de Mobilização Democrática.

² Silvio Heck era ministro da Marinha de Jânio Quadros, um dos que investiu contra a posse de João Goulart em agosto de 1961.

lideranças políticas. Naquela ocasião, o discurso anticomunista já unificava diferentes grupos de centro e de direita, inclusive atraía também significativo contingente de mulheres de classe média, as quais não estiveram de fora deste episódio de radicalização. Conduzidas pelo padre Caio de Castro, cada qual com seu terço na mão, várias delas se dirigiram ao local não para um encontro religioso, mas sim para reforçar o lado anticomunista do embate. Participaram ativamente da confusão, derrubando mesas e cadeiras da sede da Secretaria de Saúde.

A partir do dia seguinte, as repercussões eram muitas: debates na Câmara Federal, discussões na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, reportagens e opiniões nos jornais, enfim, o episódio e a forma como foi interpretado de diversas formas refletem a conjuntura de intolerância política no momento. O episódio revelou o nível de radicalismo político entre direitas e esquerdas a que chegara o país.

A imprensa e as interpretações dos conservadores

“Comunistas tentaram comício em Belo Horizonte: escoraçados pela multidão” abre a reportagem do periódico carioca *O Jornal*. Em 1964, esse jornal ficou conhecido pela oposição sistemática ao governo João Goulart e às demandas das esquerdas. O conflito em Minas Gerais foi descrito como uma reação dos democratas, defensores da ordem e da liberdade do povo, contra a tentativa subversiva de comunistas ateus de transformar o Brasil em um quintal cubano. Segundo a análise, os desordeiros eram minoria, tendo em vista que o povo, em conformidade com suas tradições cristãs e democráticas, expulsou-os bravamente de Belo Horizonte:

“O povo belorizontino não se afastou do local dos acontecimentos, por mais forte que fosse a pressão policial nem mesmo quando os integrantes da Frente de Mobilização Popular, escoraçados, abandonaram a Secretaria de Saúde, desistindo de realizar sua reunião” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1964, 2ª seção, p. 1 e 5).

A todo o momento, o jornal carioca anticomunista preocupava-se em expor uma idéia de que o povo teria evitado o mal – a realização do comício – e que já às 21:30, “estava, assim, afastada, qualquer hipótese de realização do ato”. Por consequência, restou aos “pregoeiros da desordem” a covarde fuga, assaltando o carro de um cidadão mineiro que passava pelo local:

“Nessa altura, o deputado Brizola e seis de seus acompanhantes saíram em louca disparada, a pé pela Avenida Augusto Lima, seguidos de perto por populares que queriam a todo custo caçá-los. Foi quando abordaram o sr. Peri Miranda (estabelecido com escritório de administração de seguros), que se encontrava no interior do carro da placa 1-53-64 e, apontando-lhe um revólver para a cabeça, obrigando-o a rumar, rapidamente, para a casa do secretário José Aparecido de Oliveira.” (*O Jornal*, 27 de fevereiro de 1964, 1ª seção, p.1).

Reproduzindo o depoimento de Peri Miranda à Delegacia do Departamento Estadual de Trânsito, *O Jornal* publicou que Brizola apontou-lhe o revólver na direção de sua cabeça, intimando-o a obedecê-lo:

“Nunca vi gente com tanto medo. Os homens estavam desorientados e tremendo, mas todos de arma em punho. [...] Felizmente, foi só o susto, mas juro que tive medo do revólver de Brizola, pois ele não estava em seu juízo perfeito. [...] Fui assaltado por eles e se não os obedecesse, morreria na certa [...].”

Em tempos de histeria de Guerra Fria, Leonel Brizola e os integrantes do trabalhismo radical eram frequentemente identificados com a suposta ameaça comunista que pairava a política brasileira. As ações e os discursos inflamados desse grupo político na defesa das demandas esquerdistas faziam de seu líder um alvo privilegiado dos setores anticomunistas, que identificaram no político gaúcho um provável candidato a ser um “Fidel Castro” brasileiro. Para os conservadores, a revolução era iminente e um dos seus principais articuladores era o Brizola, o qual não hesitava em atentar contra a democracia utilizando-se de métodos violentos:

“Nada é mais promissor para o futuro próximo do Brasil ver a situação de intransigência e agressividade em que se encontram os agrupamentos políticos da esquerda que tentam radicalizar as suas posições, empregando para isso a violência, tão pouco compatível com a natural tolerância, espírito de moderação e serenidade do nosso povo. [...] Depois de mostrar à Nação a verdadeira extensão de sua valentia, empreendendo uma fuga sensacional de Belo Horizonte num automóvel sequestrado, o sr. Leonel Brizola revela também decidida vocação pelo humorismo, ao se proclamar vítima da intolerância política e do terror ideológico. O sr. Brizola não tem feito até agora outra coisa senão pregar a violência, a intolerância, distribuindo generalizadamente aos seus adversários a pecha de anti-povo, anti-Brasil e outras sandices. Ninguém se apresentou como ele um inimigo tão declarado do diálogo democrático. Tanto assim que se dirigiu a Belo Horizonte não como um político qualquer, mas como chefe de uma expedição invasora, cujos membros portavam armas de guerra.” (*O Jornal*, 28 de fevereiro de 1964, 1º caderno, p.4.)

Essa interpretação sobre os nacional-revolucionários brizolistas insere-se num contexto em que o sentimento anticomunista, estimulado pela insegurança, transformou-se em um movimento sistematizado para conter o avanço revolucionário. A princípio, era um discurso isolado apenas da extrema-direita e setores ultraconservadores. No entanto, a partir de fins do ano de 1963, o temor aproximou grupos de centro e de direita moderada, bem como setores da classe média e a grande imprensa, das posições anticomunistas. À medida que o presidente dava sinais de abandono de sua política de aliança com o PSD e de aproximação com as esquerdas, a campanha anticomunista se fortalecia. Sendo assim, o episódio ocorrido em Minas foi visto como mais uma amostra de que o governo estaria sendo negligente em relação à radicalização política.

O periódico *O Jornal* explorava o argumento de que havia uma luta pelo poder opondo democratas e comunistas. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, a defesa do liberalismo, associado à idéia de democracia, consistia em uma das matrizes ideológicas do anticomunismo. No contexto de Guerra Fria, essa idéia ainda se associava ao alinhamento aos Estados Unidos, nação comprometida com os valores democráticos, e ao rompimento com a União Soviética comunista, vista como símbolo do autoritarismo e da tirania. Procurava-se não só denunciar os riscos que a democracia estaria correndo, mas também estender o rótulo de “democratas” a todos os anticomunistas. No entanto, na conjuntura de radicalização, o discurso democrático dos anticomunistas era, na maioria das vezes, vazio, já que suas propostas de combate ao perigo vermelho negligenciavam os métodos democráticos de luta. Ser democrático, na concepção desses grupos, significava muito mais ser contra o comunismo na defesa da propriedade privada do que a favor de valores verdadeiramente próprios da democracia. Mesmo assim, tentava-se consolidar uma imagem de pacifismo aos “democratas”. Ao descrever a reação dos anticomunistas ao comício da FMP, *O Jornal* publicou que “não passaram de alguns tomates e melancias” atirados em Brizola e seus seguidores, em conformidade com “suas tradições de comedimento e de equilíbrio”.

Essas representações foram atribuídas historicamente a Minas Gerais, cuja população, na tentativa de barrar o “adiantado processo de bolchevização”, teria lutado bravamente, assim como seu conterrâneo e herói nacional Tiradentes. Portanto, o conflito em Belo Horizonte foi visto como uma luta dos mineiros contra a ameaça comunista, em conformidade com sua tradição de defensores da liberdade e da democracia. O discurso

do governador Ademar de Barros foi significativo na mobilização desses símbolos referentes ao herói da Inconfidência Mineira:

“Todo o Brasil volta seus olhos para a briosa terra de Tiradentes, que mais uma vez mostra ao País o esplendor de sua alma cívica, na defesa das verdadeiras tradições brasileiras. [...] Enviamos os nossos aplausos a essa portentosa Minas Gerais, que soube mais uma vez, pela bravura cívica de seus filhos, demonstrar o seu repúdio aos inimigos da nossa liberdade, que tentaram debalde transformar o cenário das montanhas altaneiras em arena para a pregação de idéias incompatíveis com nossas mais autênticas tradições de nação livre e soberana.” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro, 1º caderno, p.3.)

Assim como a defesa da democracia, a tradição religiosa também foi acionada como um dos principais elementos do anticomunismo na primeira metade da década de 1960. Na concepção maniqueísta da época, a luta política também era uma luta do “bem”, dos valores cristãos, contra o “mal”, o comunismo ligado à idéia de sofrimento, pecado e morte. O temor dos católicos baseava-se nos argumentos de que o comunismo negava a existência de Deus e pretendia destruir os valores cristãos de hierarquia e ordem, bem como a instituição da família. Ligado à defesa da moral cristã, o papel das mulheres nesse período de surto anticomunista foi fundamental. No conflito em Belo Horizonte, comandadas pela Liga da Mulher Democrática (LIMDE) e com o terço nas mãos, senhoras de classe média e alta ocuparam o auditório a fim de não permitir que os “comunistas” subissem ao palco. Segundo depoimento da Sra. Leonor Mendes de Barros, esposa do governador paulista Ademar de Barros: “A atitude destemida da mulher mineira é exemplo que exalta a nossa obra e conclama toda a nacionalidade a lutar pelas liberdades em que cresceu a nossa civilização e que nos ensinaram a ter um único temor, que é o temor de Deus.” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro, 1º caderno, p.3.)

A força simbólica da mulher como figura materna e protetora do lar e da família era recorrente naquele momento. Significativo também era o uso do terço pelas mulheres nessas mobilizações. Como um símbolo de devoção e religiosidade, o terço servia como um instrumento de proteção contra os inimigos da Igreja e de Deus, a exemplo dos “comunistas” que tentaram realizar o comício em Belo Horizonte.

A imprensa e as interpretações das esquerdas

Porta-voz da Frente de Mobilização Popular, *Panfleto*. *O jornal do homem da rua* interpretou os incidentes em Minas Gerais como um embate entre nacionalistas e reformistas, defensores do progresso social, e reacionários fanáticos e “entreguistas”, associados à exploração imperialista do capitalismo internacional. Para *Panfleto*, A “guerra em Minas”, como foi definido o conflito, teve um desfecho diferente: a força estava ao lado dos reformistas, até porque eram eles que usufruíam do apoio do povo. Não foram os brizolistas que se acovardaram e fugiram; para o *Panfleto*, foi o deputado da reação Abel Rafael que, amedrontado, teve que se esconder num canto. Os derrotados foram os “outros”, os que tentaram sem sucesso impedir o comício pró-reformas da Frente de Mobilização Popular:

“Apesar da conivência da polícia, da disposição de assaltos comandados pelo padre João Botelho (gerente do IBAD em Minas), da guerra psicológica desencadeada pelas emissoras e jornais da reação, e apesar da histeria que se apossou de senhoras ingênuas e iludidas, os deputados Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Almino Afonso, Paulo de Tarso e o padre Alípio de Freitas falaram aos mineiros.” (*Panfleto*. Rio de Janeiro, 2 de março de 1964, p. 4.)

Aqui, os criminosos não eram Brizola, escoltado por fuzileiros navais, e seus companheiros, intencionados em provocar pânico com tiros de armas de fogo. A culpa das arruaças era dos reacionários, considerados “terroristas e técnicos da ação psicológica”, todos acusados de algum crime contra a democracia e apontados como responsáveis por tentar insuflar a população, criando um clima de guerra. Além disso, as “Emissoras Associadas” – da qual *O Jornal* fazia parte – foram acusadas de divulgar boatos para intranquilizar o estado e o país, abrindo caminho para a seguinte palavra de ordem: “Pegaremos em armas, mesmo contra a Constituição.”

Assim como *Panfleto*, *Última Hora* também responsabilizou o Instituto de Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), cujo objetivo era o de combater o comunismo no Brasil, de ter provocado o conflito em Minas Gerais. Um dos poucos que mantiveram o apoio ao governo João Goulart e às propostas de reformas de base, esse jornal conta a sua versão:

“Elementos do IBAD, tendo a frente como chefes ostensivos da baderna o deputado Abel Rafael Pinto e o deputado estadual Athos Vieira de Andrade, provocaram violentos tumultos ontem à noite nesta capital, quando tentaram impedir a realização, no auditório da Secretaria de Saúde de um ato público a favor das reformas de base.” (*Última Hora*. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1964, p. 2.)

Apesar do clima de radicalização, ambos os lados do conflito falavam em nome da defesa da democracia, embora se tratasse de uma idéia instrumentalizada por ambos os lados. Antidemocrático era sempre o “inimigo”, o “outro”. Nesse sentido, *Panfleto* denunciou seus adversários por estarem redobrando os treinamentos de seus “pelotões de choque – nos moldes dos usados por Hitler para tomar o poder na Alemanha.” Em nota publicada no *Correio da Manhã*, o próprio Brizola tentou explicar os acontecimentos, interpretando da sua maneira:

“Na companhia de minha esposa e com o corajoso apoio de valorosos companheiros, enviei para todo o Brasil a mensagem que tínhamos a transmitir naquele momento: mensagem de protesto contra a tirania e a intolerância das oligarquias e grupos privilegiados, e de luta em prol da libertação do nosso povo. [...] Dissemos todos da fé inabalável que alimentamos no sentido de que a democracia deixe de ser no Brasil apenas uma farsa e se converta, sem demora, num instrumento de afirmação da liberdade – liberdade para o povo, liberdade de manifestação de pensamento e libertação da miséria e da opressão econômica.” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1964, 1º caderno, p. 1.)

Para legitimar seus argumentos, alguns símbolos foram igualmente acionados pelos dois lados. Assim como na fala das direitas, o jornal da FMP também destaca o estado de Minas Gerais como representante dos ideais de liberdade por ter sido sede da Inconfidência, movimento que lutava contra as amarras da dominação colonial, e o povo mineiro como herdeiro de Tiradentes, herói nacional que apregoava esses ideais. Nesse sentido, ambos os lados afirmavam ter o apoio do povo mineiro e, portanto, o “outro” era a minoria. *Panfleto* relatou a violência das direitas:

“O acirramento nas imediações da Secretaria de Saúde levou a polícia a tomar uma série de medidas: os pequenos pelotões de choque da extrema direita apedrejavam e ameaçavam todos que se dirigiam para o prédio. A cavalaria, armada de espada, passou a distribuir pancada, dando cobertura aos baderneiros. Os autênticos herdeiros de Tiradentes, o povo mineiro, que era maioria (na rua havia mais de 10 mil pessoas) não se pode aproximar da Secretaria, pois, ou apanhavam da polícia e da Força Pública ou eram apedrejados à entrada.” (*Panfleto*. Rio de Janeiro, 2 de março de 1964, p.5.)

Como mostra o trecho da reportagem acima, autoridades também foram apontadas como incentivadores do conflito. A polícia convocada pelo governo do estado para manter a ordem foi acusada de auxiliar as direitas no massacre do povo. Ademais, o próprio governo federal, autor das propostas de reformas de base, recebeu duras críticas. Naquele acirramento da radicalização, o presidente João Goulart e sua estratégia de manter a aliança entre trabalhistas e pessedistas recebia ataques de ambos os lados. Não

havia mais espaço para negociações. Tanto as direitas quanto as esquerdas, com motivos e razões diferentes, consideravam o presidente negligente com a situação econômica e omissos diante da radicalização política. Segundo critica *Panfleto*: “A omissão do Governo Federal, que assiste impassível à ação dos terroristas da direita, serviu também de incentivo à operação que seria desencadeada em Belo Horizonte quando do comício ‘Pró-Reformas de Base.’” (*Panfleto*. Rio de Janeiro, 2 de março de 1964, p.4).

Incompreensível para o *Panfleto* foi a participação de mulheres católicas no evento. Segundo a interpretação do periódico, as ativistas femininas eram “senhoras ingênuas e iludidas”, “de boa-fé, algumas até de condição humilde”. Teriam sido, portanto, manipuladas por anticomunistas histéricos, que se utilizavam do discurso falso de que os reformistas eram “comunistas ateus” para provocar pânico. No entanto, para se contrapor à participação “negativa” dessas mulheres, o símbolo da força feminina também foi destacado pelos organizadores do comício. Nesse caso, o exemplo foi a Neuza Goulart Brizola, esposa de Leonel Brizola e irmã do presidente. Conta *Panfleto* que, ao saber da confusão, não se intimidou para entrar no prédio da Secretaria de Saúde, mesmo depois de alguns deputados da FMP tentar impedi-la. Correndo risco de vida, Neuza teria descido do automóvel e se dirigido ao local a pé, demonstrando coragem e destreza. Sem nenhuma proteção, e dizendo em voz alta que era uma brasileira e democrata e como tal tinha direito de entrar no prédio, teria caminhado entre o povo apavorado que fugia das espadas dos cavalariáneos e entre os provocadores da “Congregação Mariana”. Recusando a proteção da polícia, teria dito: “Não quero proteção de quem se curva e não garante o exercício das liberdades”. Ao chegar à porta do prédio, teria sido reconhecida por alguns: “É a irmã do presidente João Goulart”. Teria respondido: “Não, sou uma brasileira como outra qualquer e exijo que essa porta seja aberta.” O periódico ainda conta que ela foi agredida pelo comandante da Polícia Militar, ficando com um hematoma no ombro.

Depois desse episódio, o processo de radicalização tendeu a se agravar e após um pouco mais de um mês, a imprensa divulgaria a deposição do presidente João Goulart por um golpe civil-militar.

Bibliografia

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961- 1964)*. Brasília: UnB, 2001.

FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Brizola em panfleto: as idéias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart.” *Projeto História*, São Paulo, n.36, p. 103-122, jun. 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.